PREFEITURA DE MANAUS

RELATÓRIO DE PRINCIPAIS DECISÕES DO CODIR E QUANTITATIVOS DE REUNIÕES (ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS) NO ANO DE 2019

No ano de 2019, o **Conselho Diretor (CODIR),** do qual são membros titulares Daniela Cristina da Eira Benayon (Diretora-Presidente), Lyvia Belém Martins Guimarães (Diretora de Administração e Finanças) e Ana Sílvia dos Santos Domingues (Diretora de Previdência), reuniu-se em **11 (onze) reuniões ordinárias** e **18 (dezoito) reuniões extraordinárias**, deliberando sobre os seguintes assuntos: (*)

DATA DA REUNIÃO	CLASSIFICAÇÃO	RESUMO DE DECISÕES
06/02/2019	1ª Ordinária	- Autoriza a PROJUR a não recorrer de sentença que reconheceu a concessão de aposentadoria, com contagem de tempo de contribuição antes desconsiderado. - Autoriza a PROJUR a não recorrer da concessão de ordem mandamental determinando a retificação do assentamento funcional.
29/03/2019	2ª Ordinária	- Acolhe o Parecer Jurídico n.º 035/2019 – PROJUR e atribui efeitos *erga omnes,* adotando-se as providências expostas em seu bojo, como regra, para todos os servidores aposentados em situações símiles, notadamente, a adequação do valor de Salário Produtividade aos percentuais determinados pela legislação de regência, observando-se o princípio do *tempus regit actum*, a vedação ao efeito cascata, a prévia fonte de custeio e os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, sendo, nos casos de redução do benefício, garantido o contraditório e a ampla defesa ao interessado, com a ressalva de que o reajuste da data base dos servidores da CMM, por uma medida de cautela, não deve ser aplicado à parcela em comento até que se corrijam os valores, nos termos do art. 43, da Lei n.º 1.997, de 18/06/15, porquanto presente o risco iminente de tal medida causar ainda maior prejuízo ao erário; - Indica Flávio Rodrigues de Castro ao cargo de Superintendente de Investimentos, cuja nomeação fica sujeita à aprovação do CMP.
02/04/2019	3ª Ordinária	- Indefere a defesa administrativa, por considerar legítima a cobrança dos valores recebidos indevidamente por segurado, de forma a autorizar o recolhimento do montante, pela via administrativa, mediante a quitação do valor, na integralidade, no prazo de 30 (trinta) dias, ou por desconto em folha no

		equivalente à décima parte da remuneração, à luz do que instrui o art. 213, § 2.º, do Estatuto do Servidor Público Municipal c/c art. 1.º do Decreto Municipal n.º 863/2011.
09/04/2019	1ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não recorrer de Acórdão do TRT que deferiu os pleitos de indenização por horas intrajornadas e diferenças salariais até o ano de 2010, em favor do ex-servidor celetista da Manaus Previdência, considerando os argumentos expostos pela Procuradoria Jurídica.
16/04/2019	2ª Extraordinária	- Aprova Revisão do Planejamento Estratégico 2016-2020, para deliberação ao CMP; - Aprova Relatório Trimestral de Auditoria Interna; - Autoriza a PROJUR a não impugnar execução decorrente de cumprimento de sentença, por inexistência de excesso de execução e de qualquer outra causa que autorize a impugnação.
22/04/2019	3ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não impugnar o cumprimento de sentença que condenou a Manaus Previdência a expedir CTC, para fins de averbação junto ao INSS.
30/04/2019	4ª Extraordinária	- Autoriza a possibilidade de flexibilização de horário, conforme opção do servidor, das terças às sextas-feiras; - Excepciona do controle de frequência por meio de equipamento biométrico de identificação digital os Chefes de Setores, as Assessorias Técnica e de Comunicação, bem como a Chefia de Gabinete, ficando a frequência desses servidores controlada por meio de sistema manual.
08/05/2019	4ª Ordinária	- Autoriza a PROJUR a não recorrer da sentença do JEFPEM que anulou decisão do TCE, a qual determinava nova forma de cálculo da Gratificação de Produtividade Fazendária; - Autoriza a PROJUR a não recorrer da concessão da segurança em favor do Advogado da PGM aposentado, no sentido de deixar de aplicar o teto remuneratório concernente ao subsídio do Prefeito, observando aquele relativo ao subsídio percebido pelos Desembargadores do TJ/AM.
23/05/2019	5ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não interpor Recursos Especial e Extraordinário em ação julgada procedente em 1º e 2º graus, para efeito de anular decisão do TCE que considerou ilegal aposentadoria, que não havia admitido tempo de contribuição prestado a outro ente federado; - Autoriza a PROJUR a não interpor Apelação em face da

		sentença que condenou a Manausprev e a PMM a restituírem os valores de contribuição previdenciária recolhidos indevidamente ao RPPS.
06/06/2019	5ª Ordinária	- Autoriza a PROJUR a impugnar a execução em cumprimento de sentença para divergir dos cálculos quanto à atualização monetária, a fim de considerar a aplicação da taxa SELIC para juros e correção monetária, utilizando-se a mesma base de cálculo informada pelo Exequente.
14/06/2019	6ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a ajuizar ação de ressarcimento ao erário em face de ex-gestora da Manausprev, em decorrência do Acórdão nº 763/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO, que julgou ilegal a prestação de contas do exercício de 2010.
17/06/2019	7ª Extraordinária	- Acolhe o Parecer Jurídico 114/2019 – PROJUR e atribui efeitos *erga omnes*, para fins de que os efeitos financeiros do adicional de 25%, previsto no art. 28, § 9º, da Lei 870/05, sejam a contar da data do laudo médico-pericial e, não, do requerimento do segurado.
24/06/2019	8ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a propor acordo para quitação de débito por uso indevido de voucher eletrônico por ex-colaborada da Manaus Previdência. Acaso não aceita, autoriza a PROJUR ajuizar ação de ressarcimento.
26/06/2019	9ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a não recorrer da sentença que condenou a Manausprev a conceder o benefício de pensão por morte.
01/07/2019	6ª Ordinária	- Autoriza o ressarcimento dos valores descontados pela parcela "Rest. Art. 37, XI, EC-41(Código 5561)", por via administrativa, em favor de segurado.
24/07/2019	10ª Extraordinária	- Delibera pela inaptidão dos locais apresentados pela empresa C B DE OLIVEIRA - ME para realização de reunião do CONAPREV e determina a expedição de ofício para ciência quanto à decisão e providências.
29/07/2019	11ª Extraordinária	- Autoriza a PROJUR a aguardar o desfecho do processo de cobrança perante o TCE para após analisar a viabilidade de ação judicial, mas com inscrição em dívida ativa desde já, referente à condenação de ex-gestora desta autarquia.
01/08/2019	7ª Ordinária	- Aprova os indicadores de desempenho de junho de 2019.
12/08/2019	12ª Extraordinária	- Aprova Relatório de Governança referente ao 1º Semestre de 2019

15/08/2019	13ª Extraordinária	- Atribui efeito *erga omnes* ao Parecer Jurídico n.º 142/2019 - PROJUR para exigir dos ACS´S a averbação do tempo que recolheram ao RGPS; - Autoriza a PROJUR a não interpor RE e REsp, e determina a extensão do entendimento aos casos análogos, em que a discussão de restrinja ao mérito de pagamento de pensão por morte até 21 anos de idade, observando-se o princípio *tempus regit actum.*
28/08/2019	14ª Extraordinária	- Aprova os indicadores de desempenho de julho de 2019; - Autoriza a PROJUR a não interpor Apelação, REsp e RE nas ações que discutam o pagamento de pensão por morte ao filho maior de 18 e menor que 21 anos, observando-se o princípio *tempus regit actum.*
30/09/2019	8ª Ordinária	- Autoriza a PROJUR a não recorrer (RE e REsp) em ação que reconheceu à interessada o direito de gozar de 180 dias de licença-adotante, sem diferenciar o tempo da licença-maternidade.
11/10/2019	9ª Ordinária	- Autoriza realização de concurso público e nomeia membros da Comissão; - Aprova calendário de pagamento de benefícios 2020 – aposentados e pensionistas.
29/10/2019	15ª Extraordinária	- Aprova os Indicadores de desempenho de agosto e setembro de 2019.
08/11/2019	10ª Ordinária	- Atribui efeito *erga omnes* ao Parecer Jurídico nº 205/2019 - PROJUR para autorizar o reembolso de despesas com certificação dos membros dos órgãos colegiados
26/11/2019	16ª Extraordinária	- Aprova os Indicadores de desempenho de outubro de 2019; - Autoriza a PROJUR a não recorrer (ED, RE e REsp) em face de acórdão que rechaçou os argumentos da Autarquia quanto à fixação de honorários.
03/12/2019	11ª Ordinária	- Aprova preliminarmente a minuta da Política de Investimento 2020 e submete ao CMP para deliberação final; - Declara ciência quanto ao teor do Acórdão e suas recomendações referentes à Prestação de Contas Anual do exercício de 2014.

23/12/2019	17ª Extraordinária	- Indica lista tríplice para suplentes de representantes do CMP.
30/12/2019	18ª Extraordinária	- Dá ciência quanto ao acompanhamento da PROJUR sobre condenação TCE em face de ex-gestora desta autarquia.

(*) O inteiro teor das Atas, por tratarem de assuntos de cunho sigilosos e estratégicos da Instituição, encontram-se disponíveis para consulta mediante requerimento administrativo.